

Do campo à periferia

Características sócio-econômicas e suas implicações no conjunto urbano de Londrina.

ALICE YATIYO ASARI *
SILVIA LÚCIA GOUVEIA **

1. INTRODUÇÃO

A existência de bairros em condições precárias é, em grande parte, decorrente da incapacidade do núcleo urbano de Londrina em receber os elementos que se deslocam para ele. Podem ser migrantes rurais ou urbanos, que se dirigem a um centro maior em busca de uma melhoria nas condições de vida. A cidade não consegue absorver esta população, no tocante a emprego, e este fato gera uma decadência crescente na periferia, local eleito para moradia, em razão do baixo valor do aluguel e baixo custo das moradias. O desemprego, o subemprego, além de provocarem problemas sociais de repercussão negativa, fazem com que um círculo vicioso se inicie: o indivíduo não consegue emprego porque não tem qualificação ou há um exce-

dente de mão-de-obra; este mora na periferia, onde não há uma infra-estrutura razoável que propicie condições boas de vida; não há escolas, postos de saúde, e com isso ele não tem perspectivas de melhoria, continuando desempregado e, muitas vezes, com um nível de vida pior do que quando vivia na zona rural.

Enquanto isso, na zona rural, persiste a liberação da mão-de-obra em razão da substituição de culturas, da mecanização agrícola e de elementos institucionais que fazem continuar o crescimento desse excedente de mão-de-obra, que não é absorvido pela cidade, que não consegue crescer no ritmo da população.

A nossa preocupação se encaminhou para o campo social-econômico da periferia urbana de Londrina, visto que, além desta apresentar uma série maior de problemas, estes repercutem de forma mais violenta na própria organização espacial de um núcleo urbano.

Quando nos referimos à periferia urbana, a imagem que se tem de imediato é a de bairros carentes de infra-estrutura, semi-urbanizados, com padrão de habitação baixo e uma população economicamente ativa, participante de uma economia tradicional, em transição para uma economia moderna. Poderíamos, ainda, considerar, como periferia, as favelas, os cinturões de pobreza, que são habitados por uma população de baixos rendimentos, culturalmente pobres e marginalizados.

(*) Professora do Departamento de Planejamento do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA) da Universidade Estadual Paulista, (UNESP), Campus Universitário de Presidente Prudente (SP).

(**) Técnica em planejamento do Centro de Pesquisa e Informações da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Londrina (PR).

Este artigo é o resumo da monografia que foi apresentada como exigência parcial do Curso de Pós-Graduação "lato sensu" em Organização do Espaço — Bases para Planejamento Urbano e Regional — CESULON/USP — 1975, sob a orientação da Prof^a. Yoshiya Nakagawara.

Com estas premissas iniciais, é que se conduziu o presente trabalho que pretende, dado o seu caráter acadêmico, contribuir para o estudo de uma população que se encontra espacialmente marginalizada, mas, no aspecto social e econômico, em fase de transição para a integração ao meio urbano.

2. OBJETIVOS E HIPÓTESES DE TRABALHO

Os objetivos intrínsecos que nortearam o presente trabalho estão enumerados a seguir:

- (1) contribuir para o estudo de fenômenos sociais e econômicos da periferia urbana;
- (2) analisar as causas e os efeitos da migração numa população residente na periferia urbana de Londrina;
- (3) documentar uma fase histórica de um bairro periférico de Londrina, que vê perspectivas de um desenvolvimento acelerado, a partir da implantação de um elemento dinamizador da área (Estádio do Café);
- (4) mostrar a tentativa de direcionamento do desenvolvimento urbano de Londrina, no sentido Norte-Sul, através de um elemento impulsor principal, o Estádio, e complementarmente a Via Expressa Norte-Sul, e os novos loteamentos que estão surgindo na área;
- (5) verificar os aspectos referentes à pouca mobilidade social de uma população de origem rural, residente num bairro periférico;
- (6) discutir o marginalismo sócio-econômico, sob o ponto de vista teórico, e suas implicações num bairro localizado na periferia urbana.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento das condições, em termos genéricos, em que vive a população da periferia, e, portanto, do problema a ser investigado, por instâncias profissionais, serviu como ponto de partida para a elaboração do trabalho. Posição meramente indutiva foi tomada, e, devido a estas circunstâncias, foram realizadas diversas pesquisas exploratórias, tanto diretas como indiretas (compilação de dados, observação visual da área em estudo, assim como entrevistas com moradores da área).

Elaborou-se a partir destes dados um primeiro projeto, quando se visualizava apenas o tema de uma forma bastante simplista, mas já com a delimitação da área de levantamento empírico, para o desenvolvimento da investigação em si.

No segundo projeto apresentado, foram delineados os objetivos, hipóteses, dificuldades que poderiam surgir no decorrer da investigação, assim

como levantamentos e novas tabulações de dados foram efetuadas.

Os levantamentos existentes, que consistiram em elementos básicos para a elaboração do projeto, foram:

- (a) questionários preenchidos, por ocasião do Levantamento Sócio-Econômico, efetuado para a elaboração do Plano Diretor do Sistema de Transporte Urbano, em 1973. Foram tabulados separadamente os questionários referentes ao Parque Ouro Verde e Jardim Paraíso, para se ter uma primeira visualização das características sócio-econômicas da área.
- (b) questionários preenchidos, em 1975, quando da realização do Censo Escolar da Zona Urbana de Londrina, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento, cujos questionários foram preenchidos por professores estaduais e municipais, com o levantamento da totalidade da população.
- (c) dados existentes do Censo de 1970, efetuado pela FIBGE, a nível do município de Londrina.

Diversas visitas à área, sob a forma de sondagem, foram realizadas nos dois bairros periféricos, e conseguiu-se elaborar o projeto definitivo e esquematizar o trabalho mais detalhadamente. Concomitantemente à entrega do projeto definitivo do trabalho, foram efetuadas leituras, abordando assuntos referentes à parte teórica, formas de entrevistas, escolha de entrevistador, procedimentos em uma aplicação de questionário, formas de apresentação de um trabalho científico, etc.

Elaborou-se um primeiro questionário, o qual, após críticas e sugestões da professora-orientadora da pesquisa, foi testado no próprio bairro onde seria efetuado o levantamento. Para este teste, foram escolhidos dois domicílios não constantes da amostra, a qual havia sido previamente sorteada, a fim de que a mesma pudesse ser trabalhada convenientemente. Apresentadas as dúvidas, e levando-se em conta a operacionalização desta fase do trabalho, reformulou-se, procurando tornar o questionário um instrumental de maior auxílio para as constatações empíricas da monografia.

Em seguida, passou-se para a fase de aplicação dos questionários, convencionando-se como dias de entrevistas os sábados, domingos e feriados (próximos ao Carnaval/76), pois era necessário encontrar o chefe da família para que os dados fornecidos fossem mais precisos. Compromissos profissionais dos entrevistadores também não permitiram que os dias úteis da semana fossem utilizados para esse mister. Mesmo se adotando este procedimento, várias pessoas não soube-

ram responder as indagações, retornando-se em outros dias para buscar as informações necessárias.

As entrevistas duraram em média sessenta minutos, tempo considerado muito longo pelos entrevistados, devido exatamente à dificuldade em se coordenar e recordar todos os dados. Muitos apresentaram documentação relativa a emprego e data de nascimento

Após a tabulação dos dados, agregou-se conforme classes, faixas etárias, e, em seguida, retomou-se a discussão do aspecto teórico-formal, interrompido brevemente para a consecução da fase operacional do levantamento de dados no campo. A maior parte da bibliografia existente sobre migrações, periferia, subemprego, marginalismo, foi discutida, aumentando consideravelmente o arcabouço teórico para melhor compreensão dos problemas encontrados, fornecendo subsídios para uma análise mais formalizada dos fenômenos que se ligam a uma população carente, ora em transição, para um tipo de economia, onde farão parte do sistema produtivo.

4. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO – PARQUE OURO VERDE

O Parque Ouro Verde localiza-se na Gleba Jacutinga, lote nº 327, em direção Norte do núcleo central tradicional da cidade de Londrina, no espigão secundário entre o ribeirão Quati e o Lindóia, sendo que o loteamento foi aprovado em novembro de 1965.

O tamanho médio de cada lote urbano é de 250m², sendo vendidos a Cr\$ 300,00, havendo variações de preços entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 700,00, de acordo com sua posição e tamanho. Foram vendidos a prazo, sem nenhuma entrada, com pagamentos parcelados em 40 prestações.

Quanto à distância da área central (ponto de referência: Matriz) até o Parque Ouro Verde, calculou-se 4.200m (em linha reta), distância esta que tem como agravante a inexistência de urbanização entre a Rodovia Mello Peixoto, proximidades do Shangri-lá e o bairro referido, constituindo-se em áreas de chácaras, com exploração do setor hortifrutigranjeiro.

O Parque Ouro Verde conta atualmente com o seguinte equipamento: três estabelecimentos comerciais, seis bares, um açougue, um bazar, uma quitanda, dois quiosques de frutas, uma Igreja Católica, outra da Assembléia de Deus, Igreja Congregação Cristã e a Escola Municipal "David Dequech", funcionando desde 1966, com 533 alunos (1977), 19 professores, 595m² de área construída, fornecendo ensino de 1ª a 4ª série.

Atualmente, com o impulso dado, pela implantação de um Centro Esportivo, "Estádio do Café", a área começou a tomar nova feição: as pistas de acesso ao bairro estão asfaltadas, minimizando os problemas de locomoção em períodos de chuva, e o depósito de lixo foi transferido, com benefícios crescentes à população local. Novos loteamentos começaram a surgir na área, sendo que está em fase de construção o Conjunto Habitacional Ruy Virmond Carnasciali, de competência da COHAB-LD, com recursos financeiros fornecidos pelo BNH. Há um pedido de Diretrizes para Implantação do Programa PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados) do BNH, que propiciará o atendimento à classe carente de habitação, de parques recursos financeiros. Cerca de cinco loteamentos privados estão aprovados e já com lançamento de vendas dos lotes: Jardim Alpes I, II, Jardim dos Andes, Jardim Coliseu e Jardim Santa Mônica.

Portanto, verificou-se, da época da coleta dos dados até recentemente, modificações na estrutura do bairro, que recebeu uma série de incentivos e se propõe a um desenvolvimento da área.

5. O PAPEL DAS MIGRAÇÕES E O IMPACTO SOBRE A POPULAÇÃO RESIDENTE ATUALMENTE NA PERIFERIA DA CIDADE

5.1. Fatores determinantes dos deslocamentos e os motivos da fixação no bairro em estudo.

Dos 230 indivíduos entrevistados no Parque Ouro Verde, 56,55% são constituídos de jovens (idade até 19 anos). Analisando-se este aspecto que é peculiar a países em desenvolvimento, que apresenta altas taxas de jovens, outros fatos vão se anexando para compor um quadro bastante típico de povoamento de regiões de colonização recente e de muito dinamismo, a exemplo da região norte-paranaense.

Segundo PADIS (1970), a partir da Segunda Guerra Mundial e até o início da década de sessenta, o crescimento econômico e demográfico da região norte-paranaense foi surpreendente. Um vertiginoso "rush" populacional convergiu para a área, constituído principalmente por paulistas, mineiros, nordestinos e migrantes estrangeiros.

Para que fosse possível a caracterização deste panorama, agregaram-se dados coletados quanto ao local de nascimento nos seguintes grupos: do pai, da mãe, dos filhos e de outros moradores no domicílio. Quanto ao local de nascimento do pai, cerca de 21,06% nasceram em Minas, 21,06% na Bahia; 18,42% no Paraná; 18,42% em São Paulo e

com menor representatividade aparecem os Estados de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Exterior, com 2,63% cada. Denotando uma mobilidade menor, o local de nascimento da mãe apresenta um percentual elevado para o Estado do Paraná (31,58%); São Paulo com 26,32%, Minas Gerais com 15,79%; Bahia com 10,53% e com menor significância os Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro (5,26% e 2,63%). O local de nascimento dos filhos demonstra que a quase totalidade é oriunda do Estado do Paraná (92,50%) e os demais têm participação diminuta (São Paulo, Bahia, Alagoas, Minas Gerais). Quanto ao local de nascimento de outros moradores no domicílio, cerca de 45% nasceram no Paraná; 30% na Bahia; 5% em Minas Gerais e 20% no Nordeste.

Estes dados, analisados à luz das épocas de maiores deslocamentos (até a década dos 60), justificam a procedência dos pais, correlacionados com o povoamento acelerado da região norte-paranaense.

Em relação aos deslocamentos, investigou-se o total dos mesmos, por família, tomando-se como ponto de partida a cidade de origem ou nascimento. Encontrou-se uma média elevada de deslocamentos, cerca de 4,6 mudanças por família, sendo que a menor ocorrência está em dois e a maior é de dez deslocamentos.

Durante os deslocamentos havidos, a maioria dos chefes de família optou por empregos rurais, como colonos, meeiros, porcenteiros, empreiteiros, e, no decorrer das transferências, foram mudando substancialmente para atividades urbanas, como, por exemplo, trabalhar como pedreiro, vigia, padeiro, faxineiro, motorista, vendedor ambulante, zelador, carpinteiro, cozinheiro, e as mulheres como empregadas domésticas e costureiras, profissões estas exercidas predominantemente na cidade de Londrina.

Chegados à cidade de Londrina, muitos deslocamentos se processaram, com uma média de 2,3 por família, devido, em grande parte, ao aluguel pouco acessível, à possibilidade de adquirir a casa no Parque Ouro Verde, de localização próxima ao local de trabalho.

Nos deslocamentos até Londrina, a tônica dos argumentos para as mudanças foi o de se desejar ganhar melhores salários, visto que o Norte do Paraná apresentou-se nas últimas décadas como um "novo eldorado". Outras razões também justificam os deslocamentos:

- porque o parente (pai, filho, sobrinho, primo) chamou, descrevendo as possibilidades de melhoria de vida no Paraná;
- porque o patrão vendeu a propriedade;
- porque o cônjuge faleceu;

- porque casou-se e desejou melhorar a vida.

5.2. O PROBLEMA DA "ATRAÇÃO" E DA "REPULSÃO"

Quando ocorrem pressões para deslocamentos populacionais, é freqüente a constatação de uma tendência no sentido de um esvaziamento da população rural que se desloca em direção às cidades, produzindo um intenso crescimento urbano, provocando uma série de problemas sociais, que passam a exigir do poder público medidas adequadas para o seu equacionamento.

Os fatores de natureza tecnológica e as transformações agrárias, quando não programadas racionalmente, com uma orientação segura e disciplinadora de órgão responsável pela política de trabalho e mão-de-obra, provocarão, sem dúvida, violenta liberação de trabalhadores rurais, num país onde o momento histórico recomenda a utilização de intensiva mão-de-obra, para minimizar problemas sociais que surgirão inevitavelmente.

Nas análises empíricas efetuadas por RAVENSTEIN (1889), concluiu-se que "nas migrações internas atuavam como fatores repulsivos, aqueles intimamente ligados à estrutura e propriedade da terra, ao sistema de comercialização de produtos agrícolas e à dispersão da renda. De outro lado, serviam como atração, o interesse pelo aumento dos níveis de educação, a busca de novos e melhores empregos e o "brilho" das cidades".

Em termos nacionais, até a emergência de problemas considerados alarmantes, como por exemplo o aparecimento do "bóia-fria", a liberação em massa de mão-de-obra, o "inchamento" das cidades, supunha-se que as crises por que atravessava o setor primário e suas ramificações, fossem de ordem conjuntural, atingindo com uma maior intensidade os indivíduos com menores recursos, com baixa qualificação profissional, e praticamente despreparados para enfrentar e vencer situações novas. Nesse sentido, eram problemas com soluções que poderiam ser alcançadas a curto e médio prazo, pois conseguia-se, até então, absorver parcela de mão-de-obra, que se deslocava de uma área para outra em busca de melhoria de condições de vida.

Quando se evidenciou um aumento excessivo de deslocamento de população rural-urbana, começou-se a visualizar uma série de dificuldades em termos de demanda de serviços de infra-estrutura urbana, demonstrando, por esse atendimento deficiente, a incapacidade da absorção de mão-de-obra, tanto do próprio local, como de outras

regiões, o que, no entanto, não barrou o processo acelerado de urbanização, via excesso populacional, decorrente do êxodo rural. Esse processo acelerado de urbanização não sofreu parada, porque as condições oferecidas pelo campo já deixavam a desejar; e a única opção existente era o deslocamento para o núcleo urbano moderno.

Pelo Decreto-Lei 4124 de 2.03.63, entra em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural, que, segundo JORDÃO (1975), "é o documento legal que pretendia atender aos trabalhadores do campo os benefícios semelhantes aos da legislação vigente nas cidades".

Este Decreto foi objeto de inúmeras discussões e com o grande afluxo de migrantes para a cidade, formando um imenso contingente de "bóias-frias", acirrou-se grandemente o número de críticas; uma das mais importantes refere-se ao fato do ETR estar desvinculado da realidade agrária brasileira, tanto no sentido regional como no nacional, acarretando com essa medida problemas de tal gravidade, que muitos afirmam serem maiores do que aqueles que se pretendia eliminar. Problemas de cunho conjuntural surgiram com a vigência do ETR, e aqueles problemas de "natureza estrutural" não foram praticamente resolvidos.

Os proprietários, em sua maioria, passaram para a pecuária, ou para a lavoura de soja e trigo, dissolveram vínculos empregatícios com as famílias de colonos e procedeu-se à contratação de mão-de-obra avulsa na época das colheitas. Era a solução mais adequada do ponto de vista do proprietário, para o momento, pois, com a substituição da lavoura pela pecuária e culturas alternativas, exigiu-se um menor capital de giro, reduziu o emprego de mão-de-obra, e este investimento mostrou-se como a alternativa mais segura e rentável a curto prazo.

PAIVA (1973), referindo-se ao dualismo laboral, aponta as conseqüências nefastas da mudança do sistema de colonos, parceiros arrendatários, para o sistema de volantes: não apenas o fato de a nova classe de volantes não receber benefícios integrais da legislação trabalhista em vigor, quanto aos níveis de salários, mas principalmente pela existência de regiões de agricultura menos desenvolvidas, com mão-de-obra abundante e sem condições de oferecer pleno emprego a essa massa trabalhadora.

O mesmo autor retoma então a tese de que, enquanto a modernização não puder alcançar essas regiões menos desenvolvidas do país, seria preferível que a agricultura mantivesse a sua mão-de-obra num sistema de trabalho, que garantisse a ela pelo menos a moradia e a área de terra para o plantio de produtos para o consumo próprio, a exem-

plo do que ocorria com os sistemas de "colonato", de "moradores" ou "agregados".

O mesmo ponto de vista de PAIVA é reafirmado pela FETAEP — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, num estudo sobre "bóias-frias", em 1976, quando, analisando o trabalhador volante e as condições de vida atuais, diz que "as fazendas e os sítios tinham uma função produtiva socializada e a possibilidade de produção dos alimentos a custos baixos permitiam ao trabalhador um melhor padrão de vida".

O migrante rural, procurando integrar-se à cidade que o acolheu, conta, na sua grande maioria, com o apoio de elementos que o precederam (parentes, amigos), os quais costumemente prestam-lhe valiosa orientação nos contatos iniciais com a nova situação (constatou-se nos levantamentos empíricos que o alojamento imediato é conseguido muitas vezes por estes elementos, assim como o emprego inicial), já que partem dos "migrantes pioneiros" o convite para se transferirem da região ou da área rural para a cidade.

Esta situação se afigura, transitória, e esse desajuste vai cessando na medida em que ele vai sendo mobilizado pela economia capitalista, passando então do "exército industrial de reserva" (formado de serviços domésticos, biscateiros, engraxates, lavadores de carros) para o setor produtivo.

Não quer isto dizer que os migrantes não enfrentam as dificuldades, pois, muitos deles vivem situações de "desemprego disfarçado" ou "subemprego", por períodos bastante longos. Fortes índices demonstram que a média daqueles que se dispõem a entrosar-se realmente num novo sistema social conseguem alcançar uma situação sócio-econômica bastante apreciável, em comparação com aquela que disputavam no sistema social de origem.

No tocante à melhor caracterização dos "migrantes", note-se que é provável que a emigração, a partir do meio rural, deve abranger tanto indivíduos capazes como aqueles mais vulneráveis. As migrações provocadas pelo esgotamento dos solos e queda da produtividade agrícola, por pressões demográficas e fracionamento do solo, decorrente da substituição das lavouras de subsistência por lavouras comerciais, ou de lavouras por pecuária, afetam grupos vulneráveis, quer pela incapacidade de enfrentar os problemas, quer por ocuparem determinada posição social na estrutura de produção.

Segundo PASTORE (1971), a consideração de problemas que enfocam migração não poderá ser feita dentro de um contexto sócio-econômico restrito, devendo-se levar em consideração efeitos

diretos e indiretos, econômicos e extra-econômicos da movimentação de população dentro de um dado sistema social. A avaliação dos efeitos da migração, portanto, só pode ser feita em função de componentes ideológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e psico-sociais.

6. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES OCUPACIONAIS DOS MORADORES DA PERIFERIA URBANA DE LONDRINA

Uma das características da marginalidade urbana poderia ser encontrada na atividade profissional dos moradores do bairro periférico de Londrina.

Indagou-se, portanto, sobre a "carteira de trabalho", e 52,63% dos chefes de família possuem-na ativa, isto é, constam como empregados de empresas ou firmas; 10,53% não estão registrados, embora possuam carteira profissional e 36,84% não têm carteira de trabalho. Quanto à situação dos filhos e dos outros moradores no domicílio, 55,81% estão com a carteira de trabalho ativa e 44,19% não possuem carteira de trabalho. Neste último item estão os jovens que começaram a exercer atividade remunerada há muito pouco tempo.

Na suposição de que fôssemos encontrar muitos trabalhadores na agricultura ou como volantes ou como "bóias-frias", perguntou-se da forma de contrato de trabalho por eles firmado, quando do exercício de suas atividades empregatícias. Cerca de 21,08% são registrados na firma, entre os chefes de família, o que somado aos 10,52% que responderam ser contratados por mês, totalizam 31,60% de trabalhadores, cujos vencimentos são pagos mensalmente, evidenciando-se deste fato que poucos são os "bóias-frias" neste bairro periférico. Outros chefes de família, em percentuais pouco significativos, trabalham por conta própria, por empreita, por dia, a combinar. Um grande número de respostas estão enquadradas no item "não tem contrato de trabalho" e "não respondeu", totalizando 52,62% das respostas. Quanto ao contrato de trabalho dos filhos e dos outros moradores, 41,47% têm contrato mensal de trabalho, 7,31% por dia; 4,88% por empreita; 2,44% por hora e 43,90% não responderam e não têm contrato de trabalho (7,32% e 36,58% respectivamente).

Quanto à forma de locomoção para ir ou voltar do trabalho, 37,04% utilizam o transporte coletivo, 33,33% se dirigem a pé, 11,11% de bicicleta; 7,41% de caminhão e 11,11% de transporte misto (bicicleta, ônibus, carona).

A transitoriedade ocupacional e conseqüente instabilidade social e econômica foram objeto

de estudos, acerca da marginalidade do indivíduo no quadro urbano. Considere-se, inicialmente, apenas em termos de ligação, que poderia existir entre o mundo rural de onde se originou esta população não qualificada ainda para a vida urbana, isto é, o setor marginal. Este pode ser visto em termos econômicos, culturais, sociais, coexistindo com o conjunto urbano, fazendo parte integrante do sistema produtivo, mesmo que sua contribuição seja irrisória, ou que traga muito mais externalidades negativas do que a cidade pode suportar.

O aspecto escolar é bastante precário, pois o chefe da família possui, em sua grande parte, o curso primário incompleto (44,74%), isto porque originário em sua maioria da zona rural, sujeito aos trabalhos sazonais de colheitas, plantio e deslocamentos por motivo de empreitadas e incidência de fenômenos climáticos adversos, não conseguiram completar o "antigo curso primário", de quatro anos. Esta baixa escolaridade justifica em parte o fato de os migrantes se aterem a profissões de baixa qualificação, serviços pesados e com baixa remuneração.

O chefe de família recebe em média Cr\$ 1.019,85, quantia equivalente a um salário e meio, trabalhando em ocupações como: pedreiro, vigia, encanador, serralheiro, mecânico, borracheiro, frentista, faxineiro, arrendatário. Frise-se também a situação bastante instável quanto ao emprego ocupado, pois dos chefes de família em atividade ocupacional, 30,77% trabalham há um ano em seus empregos, 26,92% há dois anos, 7,69% há três anos, 11,54% há quatro anos e 23,08% há mais de cinco anos. Ressalte-se que do total dos chefes de família, 31,58% não estão exercendo suas atividades profissionais por motivos de saúde, outros trabalham eventualmente na lavoura, alguns se aposentaram, outros vivem de aluguel, há os "encostados" no INPS; enfim, a força-de-trabalho efetivamente empregada apresenta-se bastante desfalcada, contribuindo maciçamente para o estágio atual dos moradores do bairro.

Em relação à situação ocupacional dos filhos, é importante notar que nesta geração inexistem os empregados rurais, deslocando-se todos para o núcleo urbano central, para o exercício de suas atividades, evidenciando-se que, se condições educacionais de cunho profissionalizante forem oferecidas, haverá melhoria considerável no padrão ocupacional dos jovens, produto de sucessivas migrações e de instabilidade econômico-financeira.

7. CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA PERIFERIA

7.1. CARACTERÍSTICAS DAS HABITAÇÕES

Quando o indivíduo busca condições compatíveis de vida para si e para sua família, há uma preocupação inicial com a habitação. Além do abrigo físico, a habitação deve pressupor uma série de funções e serviços interligados, como por exemplo a educação, o lazer, o trabalho, os serviços públicos, o abastecimento, o transporte, etc, que devem ser estruturados harmonicamente, de forma a responder às necessidades decorrentes do desenvolvimento urbano.

A habitação é igualmente o meio ambiente onde o ser humano, visto ele como indivíduo ou grupo, atende às suas necessidades básicas de alimentação, repouso e desenvolve atividades como membro de grupos primários (como pai, irmão, filho).

Deve-se salientar que, conforme critérios do Saneamento e Programa Nacional de Habitação, *“toda habitação deve ser construída utilizando materiais que permitam proteção adequada quanto ao calor, frio, ruído, umidade. Deve possuir suficiente ventilação que permita a circulação do ar interior, isento de substâncias tóxicas ou nocivas, e que proteja contra a poluição atmosférica por odores, fumaça e poeira. Deve apresentar ainda condições suficientes de iluminação, isolamento e insolação”.* (HABI-CO-PED, 1974:56)

Tendo em vista este enfoque, foram coletadas informações sobre aspectos estáticos da habitação, sobre a estrutura e materiais das residências, condições sanitárias, serviços de abastecimento de água, iluminação pública, fornecimento de energia elétrica e outros serviços de competência do poder público.

São apresentados os resultados então obtidos:

- 86,85% possuem luz elétrica;
- 97,37% possuem água encanada;
- 94,74% possuem cobertura de telha.
- 86,85% não possuem forro nas residências;
- 84,21% residem em casas de madeira;
- 68,42% possuem instalações sanitárias fora da residência,
- 63,64% das construções foram erguidas há mais de seis anos,
- 41 m² é o tamanho médio das casas,

- 78,95% dos domicílios referem-se a casas próprias;
- 5,87 pessoas por família é a média de pessoas por domicílio.

7.2. O BAIRRO: FATORES DE ATRAÇÃO, ASPIRAÇÕES E PROBLEMAS

Quando se verificaram as condições do bairro, em termos de infra-estrutura e superestrutura, era intenção também de detectarem-se as causas de sua residência no bairro. Assim sendo, a primeira indagação se referiu ao “por que morar no bairro?”

No Parque Ouro Verde, a grande maioria mora no bairro porque condições próprias o levaram a esta atitude. Assim sendo, muitos moradores afirmaram “gostar” do bairro, uns porque se acostumaram, outros porque os filhos moram no bairro, há conhecidos, o lugar é sossegado. Grande número de moradores reside em casas alugadas porque o aluguel é mais barato do que em outros bairros da cidade ou porque fica próximo ao emprego. Na análise destas respostas, encontram-se quatro grandes causas para a família ali residir:

- (a) a casa própria
- (b) o aluguel acessível
- (c) localização próxima ao emprego
- (d) vínculos de parentesco ou de amizade com moradores.

Como já se discutiu nos itens anteriores, o bairro Parque Ouro Verde possui características diferenciadas de uma favela. Grande parte de seus moradores reside em casa própria e mesmo considerando a precariedade de suas construções, das condições de transitoriedade de infra-estrutura do bairro, o grau de escolaridade, a ocupação profissional dos seus habitantes, verifica-se que o estágio alcançado pelos mesmos na experiência de vida urbana está mais avançado do que o do indivíduo da zona rural, que se transferiu recentemente para a zona urbana.

Se os moradores do Parque Ouro Verde conseguiram adquirir suas casas próprias, motivações bastante fortes foram responsáveis pelo ato. A motivação financeira aparece em primeiro lugar, devido aos preços ofertados, às facilidades de pagamento concedidas e à pouca demanda de imóveis da área, devido a uma série de problemas emergentes: a distância da área central, a precariedade dos serviços de transporte coletivo, a ineficácia da máquina municipal no melhoramento da área, a localização na região do depósito de lixo da cidade.

Tendo em vista estes problemas principais, questionou-se junto aos moradores, conseguindo-se

respostas reveladoras do estado atual dos fatos:

- quanto ao depósito de lixo, a população aponta os problemas imediatos decorrentes da localização, principalmente no aspecto saúde/higiene. Note-se que seis meses após as entrevistas, o depósito de lixo foi transferido, ocorrendo uma série de melhoramentos na área: implantação de um centro esportivo nas imediações e o surgimento de loteamentos privados.
- a respeito de escola, a grande maioria considera-a suficiente para a educação dos filhos, alguns reivindicam o "ginásio" no período noturno.
- a iluminação pública foi considerada boa pela maioria da população, embora alguns reclamassem das lâmpadas queimadas, da falta de energia elétrica, das oscilações de voltagem, repercutindo negativamente quanto à segurança.
- o transporte coletivo foi objeto de muitas reclamações, desde os veículos utilizados, o número de viagens de 60 em 60 minutos, da limpeza dos coletivos.

8. O NÍVEL ECONÔMICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES BÁSICAS

O total dispendido pela família foi levantado, conforme os itens apresentados a seguir: alimentação, eletrodomésticos, água, condução, vestuário, saúde, luz, leite/pão.

Os resultados demonstraram que é bastante elevado o percentual utilizado para o item alimentação, com 64,71% do total dispendido mensalmente. Saliente-se também ser esta característica de populações, que praticamente não conseguem poupar e que vivem à margem de um maior bem-estar, preocupando-se basicamente com a sua subsistência alimentícia. Percentuais que podem ser somados ao item alimentação, que, no entanto, foram desagregados para análises posteriores são: o leite/pão com 5,22%, perfazem 69,93% da renda destinada apenas à alimentação. Os demais 30% se acham distribuídos nos seguintes itens: eletrodomésticos, 6,07%, principalmente para o pagamento de prestações de refrigerador, rádio portátil, televisor, água, 1,94%, total que praticamente constitui no pagamento da taxa mínima de água; condução, 7,21%, que reflete o uso maior do coletivo para o transporte diário da população trabalhadora para a cidade, para as compras e outros serviços que são utilizados mais esporadicamente, vestuário, 5,47%; saúde, 6,17%; luz, 3,21%.

Comparados os gastos familiares à renda mensal, verificou-se uma grande diferença entre es-

ta e a despesa mensal familiar. Cerca de 32% dos entrevistados gastam mais do que ganham. Isto pressupõe que as informações dadas, acerca do dispêndio familiar mensal, estavam incorretas ou que houve subestimação das afirmações acerca da renda familiar, com o receio de que isso pudesse ter alguma conseqüência perniciosa para os entrevistados, ou que realmente as famílias deixam de efetuar pagamentos devidos a empórios e mercearias, principalmente,

9. CONCLUSÕES

Os pontos essenciais da realidade aqui estudada fazem parte de um processo muito mais amplo do que a simples formação e caracterização de um bairro localizado na periferia urbana de uma cidade do porte de Londrina; na realidade, situações peculiares da região determinaram e materializaram a estrutura vigente no Norte do Paraná, que, por sua vez, explicam a situação aqui estudada.

O fenômeno migração, causas e conseqüências, em termos norte-paranaenses, tomou feições especiais que podem explicar a formação de muitos bairros periféricos do tipo "Parque Ouro Verde", sobretudo em cidades de porte médio e grande (acima de 50 mil habitantes), como resultado da desagregação rural implantada numa primeira fase do processo de expansão, isto é, de 1930 a 1960, para, numa segunda fase, começar a surgir intensos fluxos migratórios em direção a essas cidades.

Esse movimento migratório rural-urbano propiciou igualmente o surgimento de inúmeros loteamentos, que facilitaram a aquisição desses lotes urbanos a preços acessíveis. Os loteadores vendiam suas datas com uma prestação inicial (geralmente 10% do valor) e o saldo em parcelas mensais, que podiam atingir até 100 meses. A população de baixa renda se tornou proprietária do imóvel, e, dada a necessidade premente de moradias, construiu-se — em sua maioria em caráter precário —, as atuais residências dos bairros periféricos, que lutam com muitas dificuldades, seja em termos de locomoção (transporte coletivo), de infraestrutura (água, luz, asfalto) e de serviços (comércio, hospitais, escolas).

Ao lado de loteamentos a preços acessíveis, em sua maioria alcançando apenas 250m² de área, proliferaram também, em menor escala, lotes urbanos de maior valor e em posições de sítios e ecologias mais favoráveis, decorrendo daí os diferentes tipos de paisagens urbanas que, sob o ponto de vista meramente visual, distingue os bair-

ros mais ou menos privilegiados.

O caso do "Parque Ouro Verde" é bastante típico:

- a fisionomia do bairro, com moradias de madeira, em grande parte sem pintura, e sem obedecer a um padrão estético;
- ruas esburacadas, desprovidas de asfalto;
- com uma população jovem em sua maioria;
- população originária da zona rural e, em sua grande parte, trabalhando em funções não-especializadas;
- deslocando-se diariamente para o núcleo urbano central,
- percebendo menos de três salários mínimos regionais; retratam em traços gerais um bairro periférico urbano típico.

Saliente-se que recebem, em sua maioria, pouca atenção do poder público, o qual não consegue solucionar todos os problemas dos bairros, devido ao crescente aumento desses núcleos urbanos periféricos. Em razão disto, a ação do poder público sobre um efeito de espraiamento, pois as medidas tomadas mostram-se simplesmente paliativas, momentâneas.

Feitas as colocações acima, ressalte-se que o trabalho teve como objetivo contribuir para o estudo de um problema, no sentido técnico-científico, podendo ser considerado como subsídio para a tomada de decisões, que está num nível político-administrativo não alcançado pelos autores da monografia.

Assim sendo, sob o ponto de vista teórico-prático, consultou-se a bibliografia encontrada sobre o assunto, tendo se verificado que a grande maioria dos estudiosos dissociou o estudo de marginalidade do de migração, o primeiro de enfoque quase exclusivamente sociológico e o segundo estudado com maior ênfase por economistas e geógrafos.

Procurou-se um elo de ligação em que estes dois fenômenos fossem questionados concomitantemente, e inserissem aos mesmos os enfoques histórico, físico-natural e espacial-temporal, que explicam parte das causas dos fatos vistos.

O processo de migração, suas causas e conseqüências, a transitoriedade ocupacional, cultural, social, representados pela existência de "marginais", receberam um tratamento mais amplo possível, no sentido de se ter um corpo teórico que embasasse as afirmações dos autores do presente trabalho, quando da análise empírica. Portanto, considerou-se esta categoria de população marginalizada, numa forma meramente transicional para um sistema produtivo efetivo. Vislumbra-se

igualmente grandes potencialidades, quanto à melhoria de condições no tocante ao bem-estar, visto que houve uma retomada no desenvolvimento da área, em razão principalmente de fatores ligados ao poder público, que incentivou também setores privados (Centro Esportivo, asfalto, loteamentos). Tomados de euforia, a própria fisionomia do bairro está se modificando; houve então um arranque para o desenvolvimento, beneficiando grandemente a população deste bairro periférico. Prevê-se portanto que uma mobilidade social mais rápida ocorra em razão destes fatores, que estão favorecendo enormemente sua população.

O caso do "Parque Ouro Verde", quanto às migrações, reflete um momento histórico significativo para o conjunto da cidade de Londrina, pois caracteriza e generaliza a vinda de uma população geralmente originária da zona rural que, mediante sucessivas transferências, chegou até o bairro, instalando-se, em razão de uma série de externalidades: terrenos de preço acessível, aluguel compatível com a renda, acessibilidade ao trabalho e estudo.

Consideremos também que o subemprego e desemprego, que poderiam ocasionar um marginalismo crescente dessa população, decorrem das condições estruturais da própria economia nacional e dos processos de intensa urbanização a que são submetidas as cidades localizadas em áreas eminentemente agrárias, como por exemplo Londrina. Sob este aspecto, há que se levar em conta a própria incapacidade do núcleo urbano em absorver a mão-de-obra liberada pelo setor agrário, seja pela não qualificação profissional, pelo menor número de empregos, devido à utilização de modernas tecnologias, pelo crescimento do setor de serviços, que teria, em contrapartida, a oferta de empregos de baixa remuneração e sem a exigência de especialização.

Torna-se evidente que uma cidade não subsistirá com uma urbanização sem industrialização, ao mesmo tempo em que há que se considerar principalmente a importância da utilização de mão-de-obra intensiva e não o capital intensivo, tendo em vista a maior ou menor disponibilidade deste fator de produção. Note-se também que, do ponto de vista do empresário, esta pode não ser a alternativa mais viável, e outros tipos de opções podem ser tomados pelos mesmos (o que tem ocorrido presentemente, com a utilização de capital intensivo, que se mostra rentável), com o uso de tecnologias, maquinários modernos.

Documentou-se uma fase histórica de um bairro periférico, que está nos dias atuais anteendo um desenvolvimento acelerado, a partir da implantação de um "pólo de atração", representado pelo Centro Esportivo — Estádio do Café. Decor-

re deste desenvolvimento um outro aspecto: o direcionamento do crescimento urbano da cidade de Londrina, no sentido N-S, através desse elemento impulsor principal, o Estádio, e complementarmente a ligação da Via Expressa, os novos loteamentos e os conjuntos habitacionais em construção, alguns já em fase de conclusão (out/77).

A um nível mais elevado (Estadual-Federal), verifica-se a existência de Planos, Projetos, Programas para minorar as condições de vida dessa população carente, como por exemplo, mediante a implantação de Cooperativas de Bóias-Frias, dos Centros Sociais Urbanos, do Programa PROFILURB, dos Programas do PIPMO e o das Cidades Médias. Todos eles visam a adaptar o indivíduo a situações compatíveis com seu novo meio (urbano), ofertando-lhes oportunidades de profissionalização, melhorando as condições de bem-estar, dotando o bairro de infra-estrutura básica.

Cabem então três indagações que poderão ser respondidas em trabalhos subsequentes:

- (a) como deter o constante afluxo populacional rural, em direção às cidades?
- (b) não haverá uma constante transferência da população "marginal" para bairros não dotados de infra-estrutura, distantes do centro, à medida em que se observa uma sensível melhora de condições de vida em seu bairro?
- (c) como encontrar um elemento impulsor para todos os bairros periféricos estagnados, em termos de infra-estrutura mínima? Haverá "fator de atração" para todos?

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo básico contribuir para o estudo de fenômenos sociais e econômicos da periferia urbana, a partir da análise dos deslocamentos ocorridos, dos problemas quanto a emprego, educação, saúde, habitação, vida comunitária, renda, etc, e sua situação atual como morador em uma área precariamente atendida pelos serviços urbanos, além do que distante do núcleo urbano central.

Tomou-se como objeto de análise empírica o Parque Ouro Verde, localizado em direção Norte, a 4.200m da área central londrinense, no espigão secundário entre o ribeirão Quati e Lindóia.

Procurou-se enfocar, na mesma escala de prioridades, os fatos ligados à migração/marginalidade e suas derivações como: urbanização acelerada, subemprego, carência de serviços públicos urbanos, liberação de mão-de-obra rural, modernização da agricultura, conjuntamente com os en-

foques histórico, físico-natural e espacial-temporal, que melhor explicitariam estas ocorrências.

Três indagações persistiram no final do trabalho, que podem constar como futuras hipóteses de trabalho:

- a) como deter o constante afluxo populacional rural, em direção às cidades?
- b) não haverá uma constante transferência da população "marginal" para bairros não dotados de infra-estrutura, distantes do Centro, à medida em que se observa uma sensível melhora das condições de vida em seu bairro?
- c) como encontrar um elemento impulsor para todos os bairros periféricos estagnados, em termos de infra-estrutura mínima? Haverá um "fator de atração" para todos?

• • •

BIBLIOGRAFIA

- BERLINCK, M. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975. 152 p.
- BERNARDES, L.M.C. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Ano 15 (3) : 3-49, jul. set. 1953.
- BRITO, F.A. e MERRICK, T. Migração, Absorção de Mão-de-Obra e Distribuição de Renda. **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE/USP. 4 (1) : 75-177, jan.-mai. 1974.
- CAMARGO, C.P.F et alli. **São Paulo 1975 — crescimento e pobreza**. São Paulo, Ed. Loyola. 155 p.
- COSTA, M.A. et alli **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1971. 190 p.
- DALL'ACQUA, F.M. Estrutura Agrária e liberação de mão-de-obra agrícola no Estado de São Paulo. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 16 (6) : 51-60, nov. dez. 1976.
- D'INCAO E MELLO, M.C. **O bóia-fria — acumulação e miséria**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975. 154 p.
- FARIA, W. **Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade**. São Paulo. Estudos — CEBRAP 09, jul. ago. set. 1974, p. 129-151.
- FETAEP — Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná. **Relatório Preliminar — Os bóias-frias no Paraná**. Curitiba, 1976.
- FORACCHI, M. Populações Marginais. *Debate & Crítica*. São Paulo, n. 2, jan. jun. 1974. p. 161-168.

- FREITAS, G.P. e ARANHA, N.M.P. **Bóia-Fria, problemas e soluções**. Botucatu, 1975 (Reunião Nacional sobre mão-de-obra volante na agricultura).
- GRAHAN, D.H. Padrões de convergência e divergência do crescimento econômico regional e as migrações no Brasil — 1940/1960. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, jul. set. 1969.
- HOFFMANN, H. **Desemprego e subemprego no Brasil**. Brasília, ago. 1972. (tese de doutoramento USP) — mimeogr.
- JORDÃO NETTO, A. **Tentativa de clarificação dos conceitos de migrantes, trabalhadores volantes**. Botucatu, 1975 (Reunião Nacional sobre mão-de-obra volante na agricultura).
- MARIM, W.C. Absorção de mão-de-obra e modernização da agricultura no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro. 16 (5) : 33-47, set. out. 76.
- MATA — M. Urbanização e migrações internas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. IPEA, Rio de Janeiro. 3 (3): 715-746, out. 1973.
- MULLER, N.L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*. AGB-SRSP, S. Paulo, n. 22, 1956.
- NAKAGAWARA, Y. **As funções regionais de Londrina e sua área de influência**. 1972, 3 v. (tese de doutoramento apresentada à USP).
- NICHOLLS, W.H. Paiva e o dualismo tecnológico na agricultura: um comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, IPEA, Rio de Janeiro, 3 (1) : 15-50, mar. 1973.
- PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: caso paranaense**. 1970, 346 p. (tese de doutoramento apresentada à PUC-SP).
- PAIVA, R.M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. IPEA. Rio de Janeiro. 5 (1) : 117-161, jun. 1975.
- PAOLI, M.C. **Trabalho e marginalidade, um estudo de caso**. (trabalho extraído da dissertação de mestrado, apresentada à USP, dez. 1974, separata, ed. mimeo).
- PASTORE, J. **Migração, mobilidade social e desenvolvimento**, in Migrações Internas no Brasil. IPEA/INPES. Rio de Janeiro, 1971, 190 p.
- REIS, A.M.B. **Interação do operário de origem rural na sociedade urbano industrial da Grande Porto Alegre**. UFRGS/IEPE, Porto Alegre, 1971. 176 p. (tese de mestrado).
- SANTOS, R.R. et alli. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 1975. 295 p.
- SCHUH, G.E. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: alguns comentários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. IPEA, Rio de Janeiro. 3 (1) : 51-93, mar. 1973.
- SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL. **Favelas: causas e soluções**. Departamento de Habitação e Trabalho. PMSP (s/d)
- SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL. **Estudo sobre o fenômeno favela no município de São Paulo**. Caderno Especial 01 — Boletim HABI-COPED. São Paulo, out. 1974.
- SINGER, P. e CARDOSO, F.H. **A cidade e o campo**. São Paulo, Caderno CEBRAP 07/1972.